



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **3000103-53.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
 Documento de Origem: **IP - 267/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **JOSÉ RIBAMAR BRANDÃO**  
 Vítima: **VALDENIR AUGUSTO DE LIMA**

Aos 25 de agosto de 2014, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu **JOSÉ RIBAMAR BRANDÃO**, acompanhado de defensor, o Drº **Joemar Rodrigo Freitas - Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação. Decreto a **revelia** do réu. Pelas **partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA.** MM. Juiz: José Ribamar Brandão foi processado pelo delito descrito na denúncia, nas circunstâncias ali constantes. A ação é procedente. Segundo consta, por duas vezes o denunciado praticou o crime do artigo 171, caput, c.c. 71 e por duas vezes o art.304, c.c. art.297, todos na forma continuada. A autoria também é certa. O réu é revel, já que devidamente citado (fls.114) tendo sido intimado também para esta audiência (fls.137). Na polícia (fls.30/31) o réu acabou confessando que veio para esta cidade para efetuar um saque no benefício do INSS em nome de Valdenir Augusto de Lima, assim como já fizera no mês de abril e maio deste ano, que acabou sendo detido por funcionário do banco Santander. A carteira de identidade utilizada pelo réu em nome de Valdenir está a fks.80 e o laudo pericial do referido RG está as fls.103/105, concluindo a perícia que o mesmo é falso. Os dois funcionários do banco hoje ouvidos reconheceram a foto de fls.80 como sendo do réu José Ribamar que colocou sua foto no RG de Valdenir. Eli informou que o banco arcou com o prejuízo em aproximadamente R\$4.000,00. Os extratos de fls.11/12 comprovam os saques efetuados. Quanto ao último estelionato na forma tentada, foi apurado o inquérito próprio-3ª Vara Criminal, 580/13 (cópias de fls.75/77), sendo que referido feito está na fase de instrução, conforme verificado na presente audiência. Consoante se verifica, há provas suficientes para a condenação. Diante do exposto, requeiro seja julgado procedente o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

pedido para o fim de condená-lo nos termos da denúncia. O réu possuiu maus antecedentes, possuindo condenações anteriores por delitos semelhantes (fls.99, 107). **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: a defesa requer a aplicação do crime continuado quanto aos estelionatos, com absorção do crime de falso pelo crime fim, nos termos da Súmula 17 do STJ. Requer, outrossim, na individualização da pena, a substituição pela restritiva de direitos, posto que não há reincidência específica, com fixação do regime semiaberto, em caso de descumprimento da restritiva. Outrossim, requer a concessão do direito de recorrer em liberdade”. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. José Ribamar Brandão, qualificado a fls.32, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, *caput*, c.c. art.71, *caput*, e, por duas vezes, no artigo 304 c.c. artigo 297, c.c. art.71, todos do CP, na forma do art.69 do Código Penal, porque nos dias 18 de abril de 2013, por volta de 11h41, no interior do shopping Iguatemi, em Carlos Carlos, obteve para si, vantagem ilícita em retirar benefício previdenciário no valor de R\$1.300,00, em nome de Valdenir Augusto de Lima, no Banco Santander, induzindo-o em erro, mediante meio fraudulento. Consta, também, que nas mesmas circunstâncias de tempo, local e maneira de execução acima descritas, no dia 02 de maio de 2013, José Ribamar Brandão, qualificado as fls.32, obteve para si, vantagem ilícita em retirar benefício previdenciário no valor de R\$2.786,00, em nome de Valdenir Augusto de Lima, no Banco Santander, induzindo-o em erro, mediante meio fraudulento. Consta, por fim, que nos dias 18 de abril e 02 de maio de 2013, nas mesmas condições e horários, José Ribamar Brandão fez uso de documento público falso em nome da vítima, Valdenir Augusto de Lima. Recebida a denúncia (fls.81), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.120). Nesta audiência foram ouvidas duas testemunhas comuns, sendo o réu **revel**. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu o reconhecimento do crime continuado, absorção do crime de falso pelo estelionato, nos termos da Súmula 17 do STJ, fixação de regime semiaberto, com substituição por restritiva de direitos, já que o réu não é reincidente específico. Observou ausência de prejuízo à vítima, que foi ressarcida. Requereu o reconhecimento do direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** A prova hoje colhida, consistente nos relatos dos funcionários do banco, confirma que o réu usou de meio fraudulento (uso de documento falso) para sacar benefício previdenciário em nome de terceiro. Não há dúvida quanto à identificação do réu, visto e reconhecido na foto de fls.80, justamente o documento falso mencionado no laudo de fls.103/104, que permitiu a consumação dos dois estelionatos. Houve crime continuado, porque as datas dos delitos são próximos e o *modus operandi* é o mesmo. O falso fica absorvido pelo estelionato, posto que é o meio para a realização deste, o crime fim, situação prevista na Súmula 17 do STJ. O réu é reincidente (fls.99) não específico e também possui mau antecedente (fls.107), em razão de estelionato anterior. Nestes termos, a condenação é de rigor. No inquérito, o réu confessou (fls.30). Não há dúvida sobre autoria e materialidade do delito. Ante exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e **condeno** José Ribamar Brandão como incurso no artigo 171, *caput*, por duas vezes, c.c. art.61, I, art.71, I, e art.65, III, “d”, do Código penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base em 01 (um) ano de reclusão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

e 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, já considerada a atenuante da confissão que se compensa com a agravante da reincidência e mantém a sanção inalterada. Pelo crime continuado, elevo a sanção em um sexto, perfazendo a **pena definitiva de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa**, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Também pela reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do artigo 33 e parágrafos do CP. Embora não haja reincidência específica, o réu já possui duas condenações anteriores (fls.91/92), inclusive por estelionato (fls.107). A prática do mesmo tipo de delito indica ausência de ressocialização e, ausentes as hipóteses do artigo 44, II e III, do CP, posto que a restritiva de direitos não é suficiente para a adequada resposta penal, nestas circunstâncias, não se substitui a pena privativa de liberdade. Tampouco é cabível o sursis, nos termos do artigo 77, I, do CP. O réu poderá apelar em liberdade. Transitada em julgado, expeça-se mandado de prisão, podendo o réu apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. **Intime-se o réu. Solicite-se a devolução das precatórias independentemente de cumprimento.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: